

emprego público que detém e a avaliação de desempenho obtida nos últimos 3 anos;

Certificados comprovativos da formação profissional (fotocópia)
Curriculum vitae detalhado, datado e assinado.

13 — Métodos de Seleção:

Prova escrita de conhecimentos (método obrigatório)
Avaliação psicológica (método obrigatório)
Entrevista avaliação de competências (método complementar)
Avaliação curricular (método complementar)

14 — Os parâmetros da avaliação, a respetiva ponderação, as grelhas classificativas e a respetiva valoração final, constam de ata do júri, sendo a mesma facultada aos concorrentes, sempre que solicitada.

15 — Tipo, forma e duração das provas:

A prova de conhecimentos será uma prova escrita, com a duração de 2 horas, com possibilidade de consulta, incidindo sobre os seguintes temas:

Estatuto Disciplinar — Decreto-Lei n.º 58/2008, de 09/09;
Regime jurídico dos órgãos do Município e Freguesias — Lei n.º 169/99 de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;
Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas — Lei n.º 59/2008, de 11/09.

16 — Composição e identificação do júri:

Presidente: Humberto Luís Russo Ratado — Vereador
Vogais efetivos:

António Miguel Lanternas Passinhas — Chefe de Divisão de Administração e Finanças

Maria Manuela Bento Godinho — Coordenadora Técnica
Substituto do Presidente do Júri: 1.º vogal efetivo

Vogais suplentes:

Ana Cristina Veríssimo Alves — Técnica superior (Gestão de Empresas)

Ana Rosa Sousa Raposo — Assistente técnica

17 — Exclusão e notificação dos candidatos: De acordo com o preceituado no n.º 1 do art.º 30.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* ou *d)* do n.º 3 do art.º 30.º da referida Portaria, para realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

18 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, será publicada na 2.ª Série do *Diário da República*, afixada no edifício da Câmara Municipal de Borba e disponibilizadas na página eletrónica da entidade (www.cm-borba.pt).

19 — Quota de emprego para pessoas com deficiência: Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 03 de fevereiro, para o preenchimento do lugar posto a concurso, um candidato com deficiência devidamente comprovada, com incapacidade igual ou superior a 60%, tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal.

20 — Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

21 — Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 19.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril o presente aviso será publicitado:

Na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) no 1.º dia útil seguinte à presente publicação;

Na página eletrónica da Câmara Municipal de Borba, por extrato, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da publicação em Diário da República;

Num jornal de expansão nacional, por extrato, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data da publicação no *Diário da República*.

22 — Dispensada a consulta prévia à Entidade Centralizada para a Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), por não se encontrar constituída e em funcionamento a entidade, conforme informação da DGAEP.

Em tudo o que não esteja previsto no presente aviso, aplicam-se as normas constantes da legislação atualmente em vigor.

18 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara Municipal, *Ángelo João Guarda Verdades de Sá*.

306261181

MUNICÍPIO DE BRAGANÇA

Aviso n.º 10232/2012

Renovação da comissão de serviço

Torna-se público que, por meu despacho de 07 de maio de 2012, foi renovada a Comissão de Serviço do atual titular do cargo de Chefe da Divisão de Mobilidade e Energia, Orlando António Sousa Gomes, com efeitos a partir do dia 10 de julho de 2012, pelo período de três anos, ao abrigo dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005 de 30 de agosto, aplicável por força do n.º 1 do artigo 9.º - B do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de abril, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de junho.

5 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara, *António Jorge Nunes*, Eng. Civil.

306233399

MUNICÍPIO DA CALHETA

Aviso n.º 10233/2012

Cessação da Relação Jurídica de Emprego Público

Em cumprimento do disposto na alínea *d)*, do n.º 1 do artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro e alterações, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, torna-se público que cessou, por motivo de aposentação, a relação jurídica de emprego público, por tempo indeterminado, o seguinte trabalhador:

Manuel Morais, com a categoria de Assistente Operacional, da carreira de Assistente Operacional, com a posição remuneratória 8 Nível 2, desligado do serviço em 01.07.2012.

25 de junho de 2012. — O Presidente, *Aires António Fagundes Reis*.

306241652

Aviso n.º 10234/2012

Para os devidos efeitos torna-se público, que por meu despacho datado de 26 do corrente mês, e nos termos do número 1 do artigo 234.º, e números 2 e 4 do artigo 235.º, da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, foi autorizado o pedido de licença sem remuneração, por um período de um mês, ao Assistente Operacional, da área de Motorista de Pesados, Luís Manuel Alves da Silva, de 01 a 31 de agosto p.f..

29 de junho de 2012. — O Presidente, *Aires António Fagundes Reis*.

306241085

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM

Aviso (extrato) n.º 10235/2012

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 28 de junho de 2012, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi nomeada a Senhora Ana Isabel Parra Mira Estevão para exercer as funções de Secretária do Gabinete da Vereadora em Regime de Permanência, Filomena Pascoal Sintra, com efeitos a partir de 02 de julho de 2012.

12 de julho de 2012. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Fernandes Esteves*.

306249364

MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE

Aviso n.º 10236/2012

Concurso externo de ingresso para ocupação de um posto de trabalho da Carreira/Categoria de Técnico de Informática, do Grau 1, nível 1 (estagiário), em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de junho, torna-se público que, por deliberação da Câmara Municipal de 6 de junho